

Efeitos da Covid-19 sobre as Famílias Agrícolas participantes do PNAE, em um município de pequeno porte

Effects of Covid-19 on Agricultural Families participating of the PNAE, in a small municipality

Rosária Cal Bastos¹
rosaria.bastos@ufv.br

Gustavo Bruno Pereira de Souza²
gustavobsouza@ufv.br

Maria das Dores Saraiva de Loreto³
mdora@ufv.br

Thalita Rodrigues Rossi⁴
thalitarodriguesrossi@gmail.com

Resumo

A partir da perspectiva econômica, o objetivo deste artigo é analisar os efeitos da Covid-19 na vida das famílias agrícolas de um município de pequeno porte, o caso de Coimbra (MG), que participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visando compreender a dinâmica do planejamento familiar, seus efeitos e lacunas, em tempos de pandemia mundial. O PNAE é um dos programas sociais do Estado, originado tanto para fortalecer a agricultura familiar quanto promover o acesso à alimentação para estudantes do ensino básico. Metodologicamente, optou-se pela entrevista com as famílias locais responsáveis pela produção e participação da política social do PNAE, conjugada com revisão de literatura e dados secundários sobre o tema. De maneira geral, o PNAE tem conseguido apresentar respostas rápidas, com adaptações em seu arranjo institucional, possibilitando que o subsistema da agricultura familiar se mantenha, mesmo diante da crise pandêmica, em função de maior envolvimento dos membros das famílias, ações flexíveis e de solidariedade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Pandemia; Estado; Política Pública; PNAE.

Abstract

From the economic perspective, the objective of this article is to analyze the effects of Covid-19 on the lives of agricultural families in a small municipality, the case of Coimbra/MG, who participate in the National School Feeding Program (PNAE), aiming to understand the dynamics of family planning, its effects and gaps, in times of a global pandemic. The PNAE is one of the State's social programs, created both to strengthen family farming and to promote access to food for basic education students. Methodologically, we chose to interview the local families responsible for the production and participation of the PNAE's social policy, combined with a literature review and secondary data on the subject. In general, the PNAE has been able to present quick

¹Doutoranda e Mestre em Economia Doméstica pelo Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

²Mestre em Economia Doméstica pelo Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

³Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

⁴Doutoranda e Mestre no Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

responses, with adaptations in its institutional arrangement, allowing the family farming subsystem to remain, even in the face of the pandemic crisis, due to greater involvement of family members, flexible and solidarity actions.

Keywords: *Family farming; Pandemic; State; Public policy; PNAE.*

Introdução

A família, além de ser responsável pela socialização, transmissão de representações simbólicas assimiladas no decorrer dos tempos pelos indivíduos e a reprodução das gerações, é vista, também, como ente redistribuidor de recursos financeiros, pelo fato dos indivíduos produzirem mais do que consomem, implementar procedimentos de planejamento para alocação dos recursos, redistribuir saídas/*outputs*/produtos, como uma forma de sustentar filhos e idosos, pessoas com deficiência, doentes, ou pessoas da família que mesmo em idade ativa, não tenham como se sustentar (DOWBOR, 2015; SARTI, 2004; URBANO, 2000). Isto é, em termos econômicos, enquanto os indivíduos não alcançam as fases remuneradas de suas vidas, a família exerce seu papel redistribuidor para os membros dependentes (BIANCHINI, 2015).

No caso das famílias agrícolas, alguns dados reforçam sua representatividade como ente redistribuidor de recursos. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), existem mais de 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, que ocupam 80,89 milhões de hectares e são responsáveis por 23% de toda a produção agrícola brasileira. Além disso, essa atividade é encarregada pela renda de 40% da população economicamente ativa do país. Ou seja, a produção agrícola e o consumo dessas famílias, direta ou indiretamente, tem um efeito expressivo sobre a soma das riquezas produzidas pelo país em determinado período (PIB).

Mazaro (2020) destaca que 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como sendo de agricultura familiar, concentrados nas regiões Norte, Nordeste e em pontos da região Sul do país. O autor aponta que os estados de Pernambuco, Ceará e Acre possuem a maior concentração de agricultura familiar por área no país, enquanto os estados do Centro-Oeste e São Paulo compreendem as regiões que possuem menores níveis de concentração. Além disso, a agricultura familiar no país é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas, sendo que os homens representam 81% dos produtores, enquanto o segmento feminino é de 19%. Predomina a faixa etária de 45 a 54 anos e apenas 5% desses agricultores completaram o ensino superior. E, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, esses agricultores são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite e criar 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (MAZARO, 2020).

Diante da importância desse setor, objetivou-se examinar, a partir da perspectiva econômica, a situação dos agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), residentes no município de pequeno porte Coimbra, em Minas Gerais, que possui pouco mais de 7 mil habitantes, situado na Zona da Mata Mineira. Especificamente, buscou-se examinar os impactos na renda, nas estratégias (planejamento familiar) adotadas pelos membros da família para assegurar recursos que satisfaçam as necessidades e o padrão de vida da família, na alocação de recursos humanos e financeiros, principalmente, no período que ocorreu a de pandemia do Coronavírus, no qual as condições de trabalho desses produtores tornaram-se mais desafiadoras.

De acordo com Magalhães e Cardoso (2020), em decorrência das ações implementadas no combate à Covid-19 – fechamento de fronteiras e encerramento de atividades não essenciais – houve diminuição na oferta e demanda de produtos e serviços, que, aliado à ausência de estratégias políticas integradas para o efetivo combate da epidemia, geraram uma ação descoordenada de estados e municípios, além de uma falta de direcionamento claro para a população, ampliando expressivamente o aumento das incertezas e prolongamento da crise econômica no âmbito da economia brasileira. Corroborando com essa assertiva, Silva (2020) salienta que a situação gerou aumento de falências, menor oferta e demanda por produtos e serviços, bem como de compras e consumo por parte das famílias.

Nesse contexto, conforme Futemma *et al.* (2021), os produtores mais vulneráveis são os mais afetados, compreendendo, geralmente, aqueles agricultores familiares que dependem principalmente de sua produção para subsistência, devido à falta de recursos e ausência de políticas sociais direcionadas a eles. É importante destacar, como aponta Picolotto (2014), que a agricultura familiar não deve ser entendida como um conceito formal de categoria, definido em lei e política pública, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais, que foram inferiorizados historicamente e lutam por se fazerem reconhecer perante a sociedade e o Estado.

Diante do exposto, este estudo justifica-se pela contribuição empírica das estratégias e desafios impostos pela Covid-19 nas práticas dos agricultores familiares, que exigem mais ações de adaptação e mitigação dos recursos, para aumentar a resiliência destas famílias (COCA; SANTOS; SALVATERRA, 2020). Parte-se da hipótese que o PNAE é um dos programas sociais do Estado, originado tanto para fortalecer a agricultura familiar quanto promover o acesso à alimentação para estudantes do ensino básico e que as ações tomadas em âmbito local, diante a comercialização dos alimentos para o PNAE permitiram a reprodução dos agricultores familiares, evitando dificuldades enfrentadas pelas famílias agrícolas no período da pandemia.

Para o alcance dos objetivos propostos buscou-se entrevistar representantes das famílias agrícolas do município de Coimbra (MG), responsáveis pela produção e participação da política social do PNAE. Então, foi possível cruzar as informações coletadas na revisão bibliográfica e dados secundários, disponibilizados por Bastos (2017). Assim, foi feito uso do estudo de caso, método formulado por Yin (2015), como investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real. As análises dos dados ocorreram destacando-se os pontos comuns e os divergentes, as singularidades e as particularidades próprias de cada sujeito. Por fim, os resultados foram organizados para serem apresentados e discutidos, em função das categorias de análise.

Para mais informação sobre este trabalho, além da introdução, foram desenvolvidas mais cinco seções. Na primeira, foi abordada a questão do "Trabalho Familiar", na arena da Agricultura Familiar; na segunda, procurou-se destacar o cenário da Família Agrícola, no contexto atual; na terceira, abordou-se a atuação do Estado e as Políticas Sociais; na quarta, foram abordados os procedimentos metodológicos e as fontes de informações que permitiram o alcance dos objetivos do estudo em questão; e, por fim, foram apresentados os resultados encontrados, seguidos das considerações finais sobre a temática proposta.

Revisão de literatura

O "Trabalho Familiar" na arena da Agricultura Familiar

A família, além de ser responsável pela socialização, nos últimos anos, diversos estudos têm demonstrado a persistência da agricultura familiar no Brasil, guiada, sobretudo, para a produção de alimentos, onde a terra se transforma em mercadoria, objeto de trabalho, destinada à produção de outras mercadorias; surgindo, assim, a importância do trabalho familiar, como força de trabalho (SILVA, 2010).

A apresentação do conceito de trabalho familiar requer uma reflexão profunda, além de uma ampla pesquisa sobre relação de trabalho, força de trabalho, agricultura familiar, políticas e teorias. Portanto, este trabalho abordou algumas ideias, a partir de levantamentos bibliográficos, interações com agricultores rurais e compreensão teórica da inconsistência do ambiente rural atual, visando compreender a dicotomia entre o conceito de camponês e do conceito de agricultura familiar que tentam explicar a produção rural familiar no Brasil.

O conceito de camponês surgiu no Brasil em substituição a inúmeros termos, que procuravam designar essa classe em sua diversidade, muitos dos quais, com cunho depreciativo e preconceituoso, sendo visto com atrasado (MARTINS, 1981 *apud* SILVA, 2010). Segundo Paulino (2006), o conceito de camponês está ligado à organização interna estruturada pelo tripé terra, trabalho e família, de uma forma rudimentar e tradicional. Já a

agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família, integrada ao mercado (MESQUITA; MENDES, 2012).

Segundo Oliveira (2007) e Paulino (2006), a modificação conceitual dos camponeses em agricultores familiares se deu com o término do campesinato, passando a uma definição no plano mercadológico, onde a interpretação acerca do termo camponês foi passando por um processo de diferenciação interna, devido ao modo capitalista de produção, da agricultura e da reforma agrária, e se transformando em agricultor familiar.

Para Silva (2010), é a partir de 1980 que o termo agricultura familiar começa a ser utilizado para caracterizar a produção com base no trabalho familiar: ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais. Tal assertiva é corroborada por Hespanhol e Costa (2000), que destacam que a refutação do conceito de camponês é analisada na década de 1990, quando o governo brasileiro elegeu a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural, criando-se, assim, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, que muito contribuiu para aprofundar as discussões sobre a produção familiar no país. Fortalecendo essa ideia, em 2006, o Governo Federal, por meio da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, caracterizou a agricultura familiar como aquela que é praticada pelo agricultor familiar, que atenda aos seguintes requisitos: a gerência da produção deve ser exercida pela família; a mão de obra familiar deve ser superior à contratada; e que a propriedade dos meios de produção seja da família; sendo que a área do estabelecimento não pode ser maior que quatro módulos fiscais.

Segundo Silva (2010), a agricultura familiar vem se constituindo como um trabalho exercido pelo homem, estruturada no trabalho familiar, em que o trabalho, a gestão e as decisões sobre o que e como produzir e os investimentos são realizados pelos membros familiares; mas, com o advento do capitalismo, esta sofreu um processo de transformação, passando a assumir as características de uma agricultura mercantil. Para Mesquita e Mendes (2012), esse modo de produção tem origem histórica, vinculado ao regime colonial relacionado com as transformações socioeconômicas vividas no campo, no qual o pequeno agricultor é subordinado a uma estrutura concentrada na propriedade de terra e explorada pelo sistema capitalista. Entretanto, Tinoco (2008) entende que em todos os conceitos há um ponto em comum, ou seja, a família é a proprietária dos meios de produção e é ela que assume o trabalho na propriedade.

Dessa forma, o Trabalho Familiar, materializado pela força de trabalho dos membros familiares, refere-se à base da Agricultura Familiar. O trabalho familiar está ligado às relações de seus membros travadas no cotidiano de ação, que ultrapassa os limites da subsistência, onde o pequeno agricultor planta seus produtos utilizando-se da força de trabalho familiar arraigados de costumes e hábitos herdados historicamente (BARCELOS, 2016). Sendo assim, o trabalho familiar realizado pelo agricultor

familiar é visto como uma relação material presente, ou herdada do passado e transmitida culturalmente; ou seja, as formas utilizadas pelos agricultores são realizadas conforme a realidade em que cada um está inserido, onde o próprio agricultor recorre a diferentes combinações e formas de trabalho, renda e produção, pois, só assim, pode garantir sua permanência no campo (BASTOS; BIFANO, 2016).

Entretanto, o trabalho familiar não pode ser visto de forma simplista, de um trabalhador amparado pelos membros de sua família, pois o processo é mais complexo, uma vez que, como já destacava Silva (1983), por traz do trabalho familiar se escondem elementos básicos, como a superexploração da força do trabalho, a proletarianização de alguns membros da família e a presença do trabalho assalariado versus "não remuneração dos membros da família".

Ainda, conforme a referida autora, é essa superexploração que gera o baixo valor das mercadorias produzidas pelo pequeno agricultor familiar, pois não considera o valor do tempo de trabalho destas unidades de produção; ou seja, o valor de uso da força de trabalho do agricultor familiar não é considerado na venda de seus produtos. No que se refere à "não remuneração dos membros da família", o valor seria o de troca, isto é, o valor de troca existiria independente de um salário ou não, escondendo, assim, a força de trabalho desempenhada pelos membros da família. É, portanto, nessa relação de produção e trabalho que o pequeno agricultor vem buscando outros meios para suprir essa exploração da força de trabalho (SILVA, 2010).

Por outro lado, considerando o percurso histórico da produção familiar no país, é possível observar que, de modo geral, as áreas rurais vêm, ao longo do tempo, convivendo com transformações expressivas, tais como: mudanças climáticas, escassez dos recursos naturais, êxodo rural, exclusão dos agricultores familiares e, principalmente, as determinações econômicas do capital sobre o meio rural (SILVA, 2010).

No que se refere às influências do capital no ambiente rural, pode-se destacar as contribuições de Silva *et al.* (2018) e Tenório (2022), quando discorrem sobre as mudanças sociais e econômicas derivadas do avanço do agronegócio, destacando que as grandes empresas, geralmente, recebem diversos incentivos governamentais, sob a justificativa da modernização, progresso, geração de empregos, rendas e aumento na arrecadação tributária, os quais não chegam aos pequenos e médios produtores e, muito menos, aos agricultores familiares. Com limitado apoio público, além de incapazes de fazer frente a alta competitividade do agronegócio, muitos desse agricultores são obrigados a se desfazer de suas terras, muitas vezes por valores irrisórios, tendo que buscar uma nova forma de inserção na realidade local vivenciada. Assim, a vinda dessas empresas tende a produzir alterações no mercado de terras, intensificando a concentração fundiária e alterando a produção agrícola local, pela prática da monocultura e queda da produção dos produtos tradicionais cultivados pelos agricultores familiares.

Outro ponto de destaque, citado pelos referidos autores, consiste na adoção pelas grandes empresas de formas de produção extremamente agressivas para o ambiente, demonstrando descompromisso e inexistência de laços afetivos com a terra, ao privilegiar a questão econômica e o alcance do lucro. Assim, as determinações econômicas do capital sobre o meio rural contribuem para a falta de igualdade entre pequenos e grandes produtores, levando à expropriação da vida no campo, com geração de dependência forçada das populações locais, em termos de alternativas de trabalho, com reflexos tanto sobre o êxodo rural e conflitos agrários quanto sobre patrimônio sociocultural local.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o agricultor familiar não pode agir sozinho, seu trabalho depende de fatores internos e externos, e que ele vem buscando novas formas de se organizar, representar e sobreviver, convivendo com o mercado capitalista.

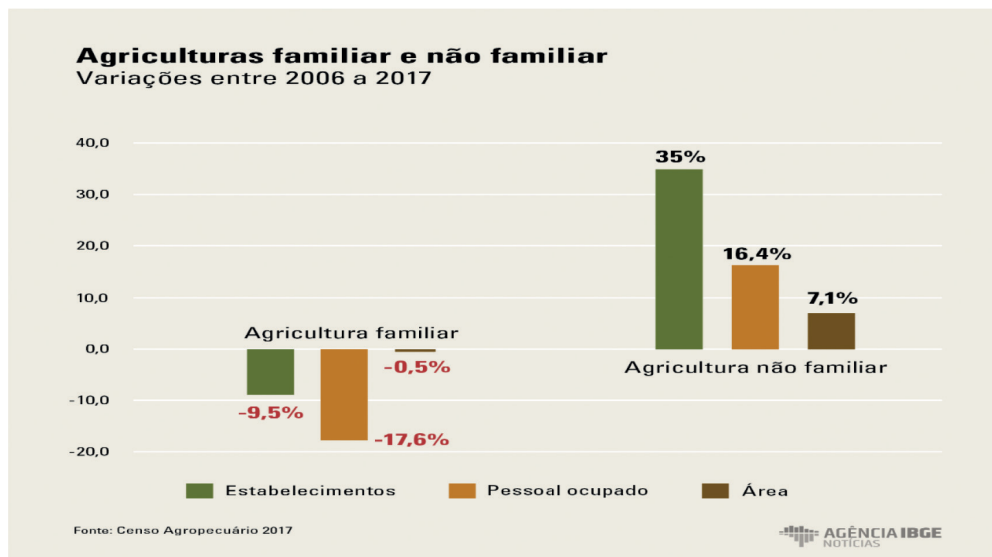
Família Agrícola no contexto atual

O trabalho nos diversos setores da economia agrícola sempre contou com a presença intensa das famílias. Historicamente, a família agrícola é considerada uma unidade econômica e social de inserção produtiva, devido à agricultura familiar que lhes gera novas fontes de renda, em que as responsabilidades profissionais e sociais destes indivíduos estão centradas principalmente em suas famílias, sejam agrícolas ou não. Assim, um indivíduo trabalha, ganha dinheiro para cumprir os requisitos de si e de sua família, a partir do cultivo da terra e da produção rural.

De acordo com a Lei n.º 11.326, de junho de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 9.064/2017, uma Unidade Familiar de Produção Agrária é caracterizada por realizar atividades rurais envolvendo economia e por possuir os seguintes requisitos: ter uma área de pequeno porte, de até quatro módulos fiscais; usar mão de obra familiar na maior parte das atividades agrícolas; ter um percentual mínimo de renda originada de suas próprias atividades; e ter a gestão estritamente familiar (BRASIL, 2006).

Ao longo do tempo, grandes transformações na estrutura produtiva dos estabelecimentos de agricultura familiar ocorreram, o que pode ser observado ao comparar os dois últimos censos agropecuários do Brasil, 2006 e 2017, sendo constatado, conforme dados do IBGE (2017), que a agricultura familiar encolheu em 9,5% no número de estabelecimentos e perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores (Figura 1).

Figura 1: Alterações na Agricultura Familiar e não Familiar, entre 2006 e 2017



Fonte: Censo Agro (2017).

As transformações da estrutura produtiva dos estabelecimentos de agricultura familiar devem-se a: a) alteração da configuração dos produtores, pois, aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuindo, assim, a mão de obra da família e a média de pessoas ocupadas por estabelecimento, o que não permite que o mesmo seja classificado, conforme os critérios da lei; b) envelhecimento dos chefes das famílias e, ao mesmo tempo, a não reposição de trabalhadores mais jovens, uma vez que os filhos têm optado por outras atividades fora do domicílio agrícola. Em consequência, a renda do produtor que, antes era predominantemente obtida no domicílio, se altera, passando a não atender mais aos critérios da lei, o que tem desclassificado milhões de famílias agrícolas em todo o país (DEL GROSSI *et al.*, 2019).

Além disso, como já comentado, o avanço do agronegócio tem pressionado os agricultores familiares para a venda das suas terras (alimentando o ciclo de concentração fundiária), em função da maior competitividade com os concorrentes, promovendo o êxodo rural ou a saída de moradores do campo com destino às grandes cidades, em busca de melhoria da qualidade de vida. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas; enquanto, apenas 15,28% dos brasileiros residem em zonas rurais, principalmente na região Nordeste.

Apesar da redução do número de estabelecimentos, pessoal ocupado e área destinada à agricultura familiar, esse setor desempenha um papel crucial na produção de alimentos e no abastecimento interno da população brasileira (IBGE, 2017). Representa o maior contingente dos estabelecimentos agrícolas do país, aproximadamente 77% (3.897.408), isto quer dizer que uma parcela significativa dos alimentos que chegam

à mesa dos brasileiros é proveniente dos estabelecimentos de agricultura familiar. Ou seja, a agricultura familiar é responsável por uma parcela considerável de alimentos consumidos no dia a dia das famílias, tendo, nesse sentido, um papel importante para a sociedade, como também no processo escolar, por meio do PNAE.

Entretanto, apesar dos números demonstrarem altas expectativas com relação a esta categoria, na prática, essa realidade possui suas nuances, dado que, pela perspectiva econômica, a família agrícola, assim como qualquer outra família, lida com a escassez de recursos e com necessidades ilimitadas. Entende-se que, diante desses fatores, tais famílias precisam fazer escolhas. Para isso, ambas devem levar em consideração o subsistema pessoal e administrativo; isto é, cada membro da família possui seu subsistema pessoal, como habilidades, conhecimentos e valores; bem como seu subsistema administrativo, que se refere ao planejamento que a família faz em termos dos padrões que possui e para a implementação de mudanças a partir de planejamentos.

Especialmente no ano de 2020, sabe-se que a distribuição e a produtividade agrícola diminuiriam substancialmente com a extensão da Covid-19 (OECD, 2020), que afetou as áreas rurais, exigindo que os produtores modificassem suas práticas de manutenção e distribuição dos alimentos, na tentativa de se adaptar a essas mudanças (BICALHO; LIMA, 2020), comprometendo, assim, a viabilidade de geração de renda destas famílias.

Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020) exemplificam essa situação, em que as hortaliças, por exemplo, por serem produtos mais perecíveis, não podem ser armazenados com outros alimentos (grãos etc.), o que interfere na sua comercialização, com prejuízos para os produtores, principalmente, aqueles que vendem suas hortaliças para as empresas de atacado menos

especializadas e de menor porte econômico, como feirantes, restaurantes, escolas e creches. Contudo, com as feiras, refeitórios de creches e escolas suspensas, verificou-se uma situação de maior vulnerabilidade econômica para tais produtores, que não conseguiram manter o escoamento da produção.

Assim, os desafios e ameaças impostos pela Covid-19 nas práticas das famílias agrícolas exigiram mais ações de adaptação e mitigação, visando uma maior resiliência destas famílias (COCA; SANTOS; SALVATERRA, 2020). Destaca-se que a situação de escassez de recursos afeta particularmente os produtores vulneráveis e mais pobres. De acordo com Tenório (2022), os obstáculos entre os agricultores mais e menos capitalizados, envolvidos, respectivamente, no agronegócio e na agricultura familiar, decorrem do peso político que o agronegócio imprime e do papel que desempenha na estratégia de exportação dos produtos agropecuários, impondo seus contornos econômicos e sociais. Geralmente, como destacam Futemma *et al.* (2020), os agricultores familiares, por conviverem em uma realidade mais precarizada e com limitação de políticas e apoios políticos direcionados aos mesmos, dependem principalmente de sua produção para subsistência.

Na visão de Tenório (2022), as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, são fortemente pressionadas pela expansão do capital industrial, com reflexos sobre a população que vive em função da agropecuária brasileira, que se torna profundamente diferenciada e classificada em dois setores apartados, tendo, de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários e, do outro lado, a grande maioria da população que vive em condições precarizadas, geralmente pequenos agricultores familiares. Constata-se, portanto, uma estrutura fundiária pautada no monopólio de terras sob controle de uma minoria, que detém o poder de uma produção voltada para a exportação de insumos para a indústria e, sobretudo, de commodities, em detrimento da produção de base alimentar, com exclusão e desvalorização dos pequenos agricultores rurais.

Dados fornecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, citados pelo referido autor, destacam que o mercado agropecuário envolve, hoje, grandes empresas e um volume anual de recursos de quase 1,2 trilhão de reais, divididos em insumos agropecuários (11,7%), produção agropecuária (29,6%), agroindústria (27,8%) e distribuição (31,1%).

Para Tenório (2022), essa modernização tecnológica agrícola atrai cada vez mais investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, aumentando a concentração e o valor das terras e, conseqüentemente, elevando as disputas e conflitos territoriais, que possuem duas explicações principais: a) a primeira decorre do fato de a expansão capitalista brasileira estar relacionada à busca por recursos naturais e terra, caso do agronegócio, da monocultura de árvores, da mineração nos ciclos ferro-aço e bauxita-alumínio, e de grandes empreendimentos de infraestrutura, como hidrelétricas, ferrovias, hidrovias, portos

e rodovias. Tais casos de injustiça ambiental atingem vastos territórios e inúmeros grupos populacionais, desde indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores, até pequenos agricultores e assentamentos da reforma agrária; b) o segundo fator importante se refere à atuação dos movimentos por justiça e contra o racismo ambiental no país, envolvendo populações e entidades ligadas aos povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais, além de movimentos ligados à reforma agrária e à agroecologia (TENÓRIO, 2022).

A atuação do Estado e as Políticas Sociais

O desenvolvimento tecnológico e econômico no século XX resultou em concentração de terras e renda, aumentando o êxodo rural e gerando problemas ambientais, que tornaram a agricultura familiar vulnerável. Esta situação piorou com a crise econômica que o país enfrentou nos anos 80, altas inflações e, nos anos 90, quando a integração regional, as privatizações e as liberações econômicas se tornaram realidade (BIANCHINI, 2015).

Nesse contexto, emergiram as organizações sociais, impulsionando movimentos em direção à reforma agrária e aos interesses rurais, que resultaram em políticas que trouxeram mais igualdade, direitos e melhores condições de vida para famílias dependentes de atividades agrícolas (GHINOI *et al.*, 2018). Em razão das reivindicações de grupos rurais e movimentos sociais, o governo vem formulando e implementando diversas políticas públicas voltadas para agricultura familiar, principalmente as políticas sociais, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento rural, tanto para geração de emprego e renda quanto a permanência da família no campo (GRISA, 2012).

Nesse sentido, como destacam Berchin *et al.* (2019), percebe-se que o Estado, por meio das políticas públicas, tem sido pressionado pelas ações da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, no sentido de apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar e de promover sua sustentabilidade, visando melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e proporcionar acesso a direitos de cidadania. Os movimentos sociais do campo⁵ defendem modelos de desenvolvimento que promovam o direito de produzir a partir de seu próprio modo de vida.

Um dos incentivos feitos pelo governo em políticas públicas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2009, para oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O PNAE é um programa que potencialmente serviu como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, devido à promulgação da Lei n.º 11.947/2009, que definiu que as compras de alimentos destinados para a alimentação escolar fossem de alimentos produzidos pela agricultura familiar local (BORSATTO *et al.*, 2020).

O PNAE, ligado ao Ministério da Educação, ao articular a agricultura familiar e a escola, tem sido uma política referência

⁵ Segundo Fernandes (2005), os movimentos sociais do campo representam formas de organização socioterritorial de camponeses ou agricultores familiares sem-terra e de trabalhadores rurais assalariados, que lutam pelos direitos à terra, por emprego e/ou por melhores condições de trabalho e salário.

em alimentação escolar no mundo, com o qual outros países podem aprender, ao lançar luz sobre a agricultura familiar e as escolas. De acordo com Bicalho e Lima (2020), o Brasil é o único país que atende a todos os estudantes da escola pública brasileira de forma universal, sendo 40 milhões de estudantes recebendo 50 milhões de refeições por dia.

Um investimento público que, de alguma forma, promove o desenvolvimento do ambiente rural das famílias agrícolas brasileiras, com base em outras políticas destinadas a aumentar a capacidade produtiva, manter e gerar empregos e aumentar a renda por meio do fornecimento de linhas de financiamento flexíveis, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras políticas focadas no aprimoramento das famílias agrícolas, bem como, na segurança alimentar no Brasil.

Juntamente com o PNAE, o PAA totalizou nas compras da agricultura familiar quase 457 milhões de dólares, no período de 2011 a 2013 (SCHWENGBER, 2015). O PAA incentiva a produção de alimentos, garantindo a compra da produção dos agricultores familiares e estimulando a diversificação de produtos cultivados e atuando como uma estratégia para aumentar a renda familiar dos agricultores que tiveram seus projetos aprovados, proporcionando às pessoas com insegurança alimentar e nutricional a possibilidade de comprar produtos agrícolas familiares (SOARES, 2013).

Na visão de Lentz e Upton (2016), o aumento da nutrição infantil, por meio de programas de alimentação escolar, é essencial para colocar as crianças como foco de programas de assistência social, reduzindo a fome e melhorando a segurança alimentar e nutricional. Além disso, os pequenos agricultores participantes dos programas se beneficiarão aumentando seu acesso e renda ao mercado.

Essas políticas contribuem para a expansão da participação da família na produção nacional, aumentando a renda familiar e o desenvolvimento rural e garantindo a melhoria da qualidade do produto, gerando benefícios para a saúde humana (através de produtos mais saudáveis e ajuda financeira para complementar a renda das famílias) e para o meio ambiente (com práticas agroecológicas e sustentáveis). Contudo, conforme apontam Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020), no período de 2010- 2020 houve diminuição dos subsídios garantidos em programas como o PNAE, PAA e Pronaf, no qual essa redução é explicada por vários fatores, mas um deles está relacionado ao nível de consolidação dos agricultores, levando em consideração o tamanho da propriedade e valor da produção. Segundo Belik (2015), enquanto o financiamento da produção familiar diminuiu, os subsídios ao agronegócio aumentaram. Desta forma, a agricultura familiar brasileira está enfrentando vários desafios em aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste trabalho, utilizou-se da pesquisa⁶ qualitativa por meio do estudo de caso, que fez uso da pesquisa documental, da entrevista semiestruturada e da observação. Para tanto, foram levados em consideração a percepção das Entidades Executoras e de Apoio, além dos agricultores familiares que são beneficiados do PNAE.

A efetivação desse estudo de caso ocorreu em dois momentos. O primeiro, no período de 2015 a 2016, por meio da pesquisa documental, optando-se por analisar os documentos das duas escolas públicas (municipal e estadual) existentes na zona urbana do município de Coimbra (MG), tendo por base cópias dos documentos disponibilizados pelo Departamento Municipal de Educação e pela escola estadual. Além disso, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com os representantes de Entidades de Apoio (uma extensionista de bem-estar social), com os representantes das Entidades Executoras (duas gestoras das escolas envolvidas, uma nutricionista municipal) e com cinco agricultores(as)⁷ familiares beneficiários(as) do PNAE. Já a observação se deu por meio de visitas às propriedades rurais e acompanhamento das atividades cotidianas de cinco agricultores(as) familiares, que haviam recebido os benefícios do PNAE do município de Coimbra (MG).

No segundo momento, com o intuito de complementar e verificar os efeitos e/ou desafios provocados pela pandemia da Covid-19 nos meses de julho e agosto de 2020, foi aplicada outra entrevista semiestruturada com nove pessoas (uma das Entidades de Apoio, três Entidades Executoras e cinco agricultores familiares inseridos no PNAE).

Em função da pandemia, é importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas tomando as devidas precauções, conforme orientações do Ministério da Saúde do Brasil e da Organização Mundial da Saúde. Foi solicitada autorização prévia dos participantes, para gravar as entrevistas, que, posteriormente, foram transcritas.

Alinhado às observações e análises dos dados coletados nos dois momentos, antes e no período da pandemia, utilizou-se da análise de conteúdo para realizar a discussão sobre o tema, focando nos diversos processos e estratégias utilizadas pelos agricultores e as entidades locais, com a finalidade de identificar as fragilidades e situações de desequilíbrios sociais ocasionadas pela pandemia, no contexto da família agrícola.

Resultados e discussão

A família agrícola e a economia antes da Covid-19

Os dados do estudo, que foram sistematizados e analisados por Bastos (2017), que objetivou analisar a efetividade do PNAE no município de Coimbra (MG), permitiram

⁶ Os dados empíricos deste artigo foram extraídos da pesquisa de mestrado que discutiu a implementação do PNAE em um município de pequeno porte: Coimbra, Minas Gerais, Brasil (BASTOS, 2017).

⁷ Dos 244 agricultores familiares cadastrados na Emater e que detinham a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) Principal por Unidade Familiar e residem na zona rural do município de Coimbra (MG), foram selecionados cinco agricultores familiares que pertenciam ao PNAE.

Tabela 1: Perfil do agricultor e de sua produção, Coimbra, MG, Brasil, 2017

Agricultor	Estado Civil	Membros (cônjuge e filhos)	Escolaridade	Tempo na atividade agrícola	Principais produções
Agricultor A	União estável	02	Ensino Fundamental incompleto	Mais de 20 anos	Feijão, banana, morango, tomate
Agricultor B	Casado	03	Ensino Médio completo	Mais de 20 anos	Hortalças, legumes, feijão, café
Agricultor C	Casado	02	Ensino Fundamental incompleto	Mais de 10 anos	Mexerica, mandioca, feijão, milho, café, e granja suína
Agricultor D	Casado	05	Nenhuma	Mais de 40 anos	Banana e limão
Agricultor E	Casado	03	Ensino Fundamental incompleto	Mais de 20 anos	Hortalça, legumes, tomate

Fonte: Bastos (2017).

compreender o processo de trabalho das famílias rurais, bem como os esforços realizados por esses sujeitos para alocação da força de trabalho de todos os seus membros.

Nesse sentido, foi elaborada na Tabela 1 uma síntese do desenho do perfil do agricultor familiar e seu tipo de produção.

É possível inferir, quando se observa as informações da Tabela 1, que existem características similares entre os agricultores. São homens, em sua maioria com baixo grau de escolaridade, variando de nenhuma escolaridade até o Ensino Médio completo. Trabalham com a atividade agrícola há mais de 20 anos, sendo a grande maioria casada e com composição familiar entre três a cinco membros. Outro fato que merece destaque é que as famílias estudadas, do município de Coimbra, têm potencial para aumentar sua produção, investir em novas culturas e ampliar seu mercado comercial, porque são proprietários das suas respectivas terras e ainda possuem experiência na atividade agrícola, apresentando uma produção agrícola diversificada.

Na visão do economista Becker (1991), a família é um ator econômico fundamental para as tomadas de decisões sobre a alocação de recursos, produção, distribuição e consumo e, no caso dos agricultores familiares, não seria diferente. Na agricultura familiar, segundo Mattei (2007), a dinâmica do processo de trabalho dos agricultores familiares e a alocação da força de trabalho de todos os membros estão inseridas no mundo familiar e nas atividades econômicas.

Com respeito aos resultados da pesquisa de campo, no que se refere à conexão entre a produção e o mercado, os agricultores familiares veem no PNAE mais um meio de comercialização de seus produtos, conforme verificado nos relatos dos entrevistados: "É bom vender para escola, pois é mais um lugar que a gente consegue entregar nosso produto"; e "Agora tem muita gente querendo vender na escola". Essa afirmação vai ao encontro ao estudo de Triches e Baccarin (2016), ao afirmarem que as compras públicas representam um avanço no sentido de facilitarem e flexibilizarem as legislações em prol da dinamização

da economia local e regional, com ampliação de canais de comercialização para os pequenos produtores. Wilkinson (1999) ressalta que não depende apenas da inserção nos mercados, mas que os agricultores familiares devem buscar meios de criar novas maneiras institucionais para alcançar uma conexão ativa com os mercados.

Outro aspecto importante enfatizado pelos agricultores familiares foi a satisfação referente aos preços pagos pelo PNAE, ao relatarem que: "a escola paga direitinho e o preço é compensador, vale a pena entregar"; "é só entregar os produtos e depois é só passar o cartão que o dinheiro tá lá"; e "é um dinheirinho sagrado, esse da escola". A satisfação dos agricultores familiares proporcionada pelo PNAE refere-se à complementação da renda, bem como melhorias na qualidade de vida. Mas, além da satisfação com o preço, existe o fato da ausência de um intermediário, denominado atravessador, na comercialização dos agricultores com as escolas. A questão da figura do "atravessador" é um assunto debatido por vários autores, como Bezerra e Magalhães (2000), Silva, Dias e Silva (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015), que apontaram a dependência do agricultor familiar referente à comercialização por meio do atravessador. Portanto, a relação direta dos agricultores familiares com as escolas aumenta a dignidade do agricultor, aumenta os lucros e cria uma atmosfera social local, ou seja, uma sociabilidade local.

Os agricultores também acessam outros mercados de comercialização de seus produtos, além do PNAE, como as feiras livres, supermercados, mercearias, restaurantes e, também, centros de abastecimentos. Esse contexto é importante pois ajuda o agricultor familiar a comercializar em outros âmbitos, além do PNAE. No período das férias escolares e/ou término do contrato, os agricultores se programam para entregar os alimentos nos mercados locais, sacolão, lanchonetes, dentre outros, conforme relato: "nas férias da escola, a gente entrega em outros locais, como o Subway e mercados de Viçosa, e aqui nos mercados de

Coimbra" e "quando chega ao final das aulas, a escola não pede mais as bananas, aí eu ofereço para as vendas de Coimbra".

Com relação ao trabalho e renda, observou-se que são vários os motivos que têm levado os agricultores familiares a aumentarem sua produção e a participar do PNAE. Um dos principais motivos que levaram os cinco agricultores pesquisados a participarem do PNAE são a diversificação da renda familiar e venda dos excedentes da produção (ELIAS *et al.*, 2019; GUILHOTO *et al.*, 2007; OLIVEIRA, 2015). Os agricultores deixam claro que o PNAE é uma forma de complementar a renda familiar, conforme relatado pelos agricultores familiares beneficiários do programa de Coimbra (MG).

No que se refere à ampliação do trabalho familiar, ou seja, quando o processo de produção incorporado pelos membros da própria família não é suficiente, há contratação de trabalhadores assalariados adicionais em determinada época do ano. Esse processo foi constatado entre os agricultores pesquisados, quando os mesmos relataram que houve a necessidade de contratar terceiros e/ou "ajudante", sendo pessoas que recebem seu pagamento por dia de serviços prestados na propriedade; ou seja, os agricultores utilizam de outra mão de obra, que não seja familiar, como relatado pelo Agricultor A: "[...] esse rapaz não é funcionário nosso, de vez em quando, quando preciso, eu chamo ele para me ajudar e pago o dia para ele". Já o Agricultor B afirmou que: "estamos catando feijão, eu, meu filho, uma vizinha e uma ajudante, em pleno feriado, [...] quando aperta o serviço, eu chamo elas para me ajudar"; enquanto o Agricultor C destacou que: "de vez em quando eu trabalho para meu cunhado e depois ele trabalha para mim [...], uma mão lava a outra".

As falas acima indicam, também, a forte relação entre os vizinhos, que, muitas vezes, têm um grau de parentesco ou uma relação de "compadrio", que contribui com as atividades cotidianas entre os agricultores. Segundo Berchin *et al.* (2019), esse tipo de ajuda entre os agricultores é considerado apoio mútuo em atividades cotidianas, onde há "troca de dias de trabalho". Em suma, essa relação de convivência torna-se uma articulação entre práticas de reciprocidade e de solidariedade, por meio da troca de serviços/produtos.

O envolvimento familiar nas atividades cotidianas do meio rural é um fator importante para a sobrevivência e fixação do pequeno agricultor no campo, pois garante a manutenção de várias necessidades para reprodução da vida rural, sendo comum esse tipo de integração nas famílias onde há trabalhos coletivos: a ajuda entre os membros da família faz com que elas consigam atender aos prazos estipulados e os pedidos de entrega dos produtos (BERCHIN *et al.*, 2019).

Além do mais, constatou-se que o envolvimento das mulheres no processo operacional das atividades agrícolas, por exemplo, para atender as demandas do PNAE é, habitualmente, dividido em tarefas domésticas e agrícolas, sendo estas últimas, muitas vezes, consideradas como ajuda. Porém, para Silva (2012), o envolvimento da mulher trabalhadora no meio rural, como

força de trabalho, tem levado a sociedade a observar melhor o papel da mulher diante da organização familiar, na economia, nos movimentos sociais, na política e no trabalho coletivo. A mulher passa a contribuir de forma mais ativa para a manutenção da propriedade, no processo de produção e comercialização dos produtos. Ou seja, mesmo ainda sendo estigmatizada apenas como "ajudante", percebe-se que a mulher do meio rural tem contribuído para a participação da sua família no PNAE.

Os efeitos da Covid-19 na vida dos agricultores familiares

Os resultados aqui apresentados foram extraídos no período de abril a agosto de 2020, através de entrevista com gestores e agricultores familiares beneficiários do PNAE e que atendem, por meio de sua produção, as escolas, municipal e estadual do município de Coimbra (MG).

A partir de março de 2020, devido às ações para o enfrentamento à pandemia, as instituições de ensino de todo o país tiveram que interromper aulas e atividades presenciais, estratégia essa adotada também em outros países. No Brasil, o governo, juntamente com Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), estabeleceu novas diretrizes de como as Entidades Executoras (EEx) deveriam agir quanto a questão do fornecimento da alimentação escolar nesse momento de crise vivenciado. Conforme foi relatado na entrevista com a EEx estadual: "Essa pandemia, que como se diz, é uma coisa que a gente não esperava [...] sem alimentação, sem a merenda. [...], porque não tava tendo aula né"; e, também, "[...] essa pandemia veio e nos pegou desprevenidos né, nunca tínhamos enfrentado uma situação desta. E é lógico que isso afetou a questão também da merenda daqui da escola [...]"

Somente a partir do amparo legal foi possível, de forma extraordinária, durante o período de interrupção das aulas, que as escolas distribuíssem os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica. Essa medida, além de atender as demandas dos estudantes, buscou, por meio de ações flexíveis, minimizar os impactos da pandemia, com a queda da comercialização dos produtos do setor da agricultura familiar (PEDROSO; CORCIOLI; FOGUESATTO, 2020).

Como estratégia para enfrentamento da pandemia, baseadas no amparo legal, as EEx do município de Coimbra (MG) passaram, então, a criar os "kits/cestas merenda", conforme relatado pelos gestores: "[...] a gente fez um kit, era bem completo com os produtos da agricultura. A gente distribuiu isso, durante um mês, pra essas famílias"; mostrando, ainda, que a resolução do FNDE permitiu que: "[...] a prefeitura, o prefeito, a escola, que quisesse fornecer um kit merenda para as crianças, né, usando a agricultura familiar poderia estar fazendo esse trabalho".

No que se refere à manutenção dos alimentos adquiridos pelos agricultores familiares, as EEx têm conseguido algumas

ações logísticas, que têm facilitado a entrega dos alimentos frescos às famílias, mas, também, foi um fator de dificuldade para gestão do PNAE, conforme relatado pela nutricionista, ao afirmar: "logística, é muito difícil pra entregar, porque a gente demorou demais pra achar as famílias [...] corremos o risco de perder os alimentos".

Nesse sentido, as EEx locais adotaram estratégias para dar continuidade ao PNAE, conforme depoimentos acima, que mostram a operacionalização para a distribuição de kit e cestas de alimentos para as famílias das crianças e adolescentes ausentes da escola, de forma responsável, com equipamento sanitário e evitando aglomerações. A iniciativa é significativa, uma vez que garante a manutenção da distribuição dos alimentos para as famílias dos estudantes, protegendo da insegurança alimentar e nutricional. Fato esse que ratifica que o PNAE não é apenas uma política pública para garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, mas também faz parte de um programa nacional de educação que reconhece as escolas como espaços de alimentação. Em muitos casos, a escola é o local que serve a única refeição que muitos alunos em condições socioeconômicas mais baixa têm (FERREIRA; ALVES; MELLO, 2019).

Essas ações amenizaram alguns processos de dificuldades enfrentadas pelas famílias agrícolas de Coimbra (MG). Entretanto, o PNAE, para os agricultores, é uma forma de complementar a renda da família e com a descontinuidade do programa, devido esse momento de pandemia do novo Coronavírus, o trabalho e a condição da família agrícola tornaram-se mais desafiadores, pois, como a operacionalização da comercialização envolve aglomeração social, sua atividade comercial tornou-se limitada. Ou seja, com o distanciamento social⁸ e físico, houve uma restrição ou total suspensão das feiras, mercados e descontinuidade do PNAE, ocasionando a redução parcial ou total de sua renda familiar, além de outros aspectos, como saúde pessoal, produção e comercialização foram afetados. De tal modo que os agricultores e sua família tiveram que se organizar e reinventar para suprir, satisfazer e manter as necessidades familiares.

O fato da escassez de recursos, tanto financeiros, materiais e sociais, exposto pelos agricultores familiares, devido à restrição ou suspensão das feiras, mercados e descontinuidade do PNAE, no período da pandemia, confirma estudos realizados por Elias *et al.* (2019), ao destacarem que o recurso tornou-se insuficiente para atender às necessidades familiares, devido a alguma situação vivenciada pelo sujeito. Tal situação obrigou os agricultores e sua família a adotarem alternativas para equacionar a alocação de recurso, visando atender às necessidades da família.

A família é o cerne para as tomadas de decisões, com vistas a amenizar os problemas expostos. Essas decisões assumem vários aspectos, como a alocação de recursos, produção, distribuição e consumo, além de ser um processo contínuo de determinações, prevenções e probabilidades econômicas. Aspectos esses presentes nos depoimentos dos agricultores familiares, ao mencionarem: "não pode sair, a gente fica aqui, porque não dá pra sair no sábado; [...] a gente pede uma pizza para família [...],

ai eu fico pensando assim, o que eu vou fazer, ah vou fazer isso pra nós comer, assim a gente ajuda nas despesas da casa né". Este depoimento evidencia a habilidade dos membros da família agrícola para suprir as necessidades orçamentárias da família, que além de se adequarem a esse período de pandemia, buscam alternativas para tentarem reajustar seus recursos financeiros. Tais alternativas significam redução de gastos e a entrada de recursos financeiros necessários para uma melhor qualidade de vida da família. Essa alocação de recursos é entendida como qualquer fonte de ajuda que as famílias/membros possam utilizar para alcançar os fins desejados, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a família (FUTEMMA *et al.*, 2021).

Outro ponto a saber foi se as atividades produtivas da família foram afetadas pela pandemia. Ao perguntar aos agricultores familiares sobre o andamento de suas atividades produtivas, eles forneceram depoimentos mostrando que foram afetados conforme relatos que: "ficou muito ruim, diminuiu muito"; "tá, em termo de produzir está igual, mas agora pra vender está difícil né, não tem mais como vender". Outros informaram que não houve alteração na sua atividade produtiva: "[...] pra mim não afetou tanto, porque eu trabalho hoje com o sistema, que é a entrega a domicílio, a venda direta ao consumidor final"; e "meu trabalho está normal, não deixei de produzir nada, não deixei de fazer nada".

Evidencia-se nos relatos dos agricultores familiares que não foram afetados em termos de produção, que a comercialização foi dificultada e que as ações como kits para os alunos ajudaram a diminuir tal dificuldade. E que a paralisação das atividades produtivas os fez encontrar novas alternativas de comercialização da produção, além do PNAE, como estratégias para venda de seus produtos. Foi constatado, ainda, que os agricultores utilizaram a mão de obra familiar para conduzir ou planejar, nesse período, alguns trabalhos que eram desenvolvidos por terceiros, passando, assim, a serem realizados pelos membros da família, como filhos e esposas, como relatado: "minha filha tá em casa, porque não tá tendo aula, ela tá ajudando a anotar os pedidos pelo celular", "tivemos que dispensar nosso ajudante, pois nosso dinheiro diminuiu, ai eu chamo meu filho para ajudar [...]".

Observa-se nos depoimentos anteriores que a ação coletiva dos membros da família é utilizada como alternativa para sanar os desafios enfrentados no período da pandemia. Segundo Nogueira e Marcelino (2021), a aproximação dos jovens, filhos dos produtores, para auxiliar os pais no uso das ferramentas digitais, nesse contexto de pandemia, é uma forma de manter a produção viável, evitar perdas e manter a renda da família.

Considerações finais

Conclui-se que a Agricultura Familiar, enquanto categoria social, política e econômica, é capaz de produzir alimentos sustentáveis e saudáveis para as novas demandas de consumo, só que, para isso, são necessárias mais políticas públicas, ou seja, um Estado que seja interventor de atos e

⁸ Ressalta-se que esse distanciamento social foi necessário para redução da contaminação devido a altas taxas de morte por dia no país.

medidas econômicas para a promoção de novas visões sobre as relações entre família e Estado.

Entretanto, conforme observado por Pedrosa, Corcioli e Foguesatto (2020), nos últimos anos houve a extinção e o esvaziamento de muitas políticas e ações governamentais que oferecem mais oportunidades e promovem melhor qualidade de vida, principalmente, nas políticas associadas à agricultura familiar e minorias, ocasionados pela ascensão restabelecida pela ideologia neoliberal desde o início do século XX.

Apesar de todos os reveses atrelados ao PNAE, de maneira geral, este programa conseguiu apresentar respostas rápidas no período de pandemia, com adaptações em seu arranjo institucional, possibilitando o aporte legal necessário para que agentes executores desse programa desenvolvessem estratégias que perpetuassem, mesmo que de forma precarizada, como demonstrado nos dados levantados em entrevistas com gestores. Esse momento se configurou como um grande desafio para a atuação das políticas de seguridade social, como o PNAE, uma política que se tornou fundamental para a área econômica e social, por sua natureza estratégica.

REFERÊNCIAS

- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, 2014, p. S045-S062. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/esr/a/dxsbz7BBkJBzrBSTKJMHwkf/?lang=pt#>. Acesso em: 12 set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600003>
- BARCELOS, L. M. Sutilezas afetivas no cenário social: as conformações familiares para além dos determinantes culturais e de gênero. 2016. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.
- BASTOS, R. C. Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG. 170 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.
- BASTOS, R. C.; BIFANO, A. C. S. Análise institucional do trabalho familiar no contexto da Agricultura e suas inferências em relação às políticas públicas. *Vivências - Revista Eletrônica de Extensão da URI*, v. 12, n. 22, 2016, p. 46-59.
- BECKER, G. S. A treatise on the family: Enlarged edition. Local: Harvard University Press, 1991.
- BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. 2028. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2015.
- BERCHIN, I. I. et al. The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. *Land Use Policy*, v. 82, 2019, p. 573-584. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.043>.
- BEZERRA, C. P.; MAGALHÃES, C. M. G. Estudando as atividades econômicas da Paraíba. In: RODRIGUEZ, J. L. (coord.). *Atlas escolar da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2000.
- BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015, p. 45-68.
- BICALHO, D.; LIMA, T. de M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. *Demetra - Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 15, 2020, p. 52076.
- BORSATTO, R. S.; DUVAL, H. C.; GRIGOLETTO, F.; SANTOS, L. de L.; ANDRADE, V. R. S. de; FERNANDES, L. C. de A. Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. *DRD-Desenvolvimento Regional Em Debate*, v. 10, 2020, p. 1104-1122. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2897>.
- BRASIL. Produtos da agricultura familiar contribuem para alimentação escolar sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/produtos-da-agricultura-familiar-contribuem-para-alimentao-escolar-mais-saudvel-26121>. Acesso em: 05 Jan 2017.
- _____. Lei n. 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 25 jul 2006.
- COCA, E. L. de F.; SANTOS, L. L. M.; SALVATERRA, J. R. Alguns apontamentos para pensar a agricultura e a alimentação no contexto pós-covid-19. *Revista NEADS*, v. 1, n. 1, 2020.
- CUNHA, W. A. da. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.
- DEL GROSSI, M.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S. de. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. *Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 8, n. 16, 2019, p. 40-45.
- DOWBOR, L. A economia da família. *Psicologia USP*, v. 26, n. 1, 2015, p. 15-26. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140007>.

- ELIAS, L. D. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P. D.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, 2019, p. 215-233. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatório Social de América Latina*, v. 16, 2005, p. 273-284. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.
- FERREIRA, H. G. R.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. P. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, n. 44, 2019, p. 90-113. DOI: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p90-113>.
- FUTEMMA, C.; TOURNE, D. C. M.; ANDRADE, F. A. V.; SANTOS, N. M. D.; MACEDO, G. S. S. R.; PEREIRA, M. E. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0143>.
- GHINOI, S. et al. Debates políticos e políticas agrícolas: coalizões de discurso para a criação do Pronaf do Brasil. *Política de uso da terra*, v. 76, 2018, p. 68-80.
- GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 280 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- GUILHOTO, J.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 5., Recife, PE: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.
- HESPANHOL, R. A. M.; COSTA, V. M. H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente, SP, 2002. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/2002/producao.pdf. Acesso em: 15 maio. 2023.
- IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpgclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf
- IBGE. População Rural e Urbana. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html> Acesso em: 28 maio 2023.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>. Acesso em: 28 maio 2023.
- LENTZ, E.; UPTON, J. Benefits to smallholders? Evaluating the World Food Programme's Purchase for Progress pilot. *Global Food Security*, v. 11, 2016, p. 54-63. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2016.07.003>.
- MAGALHÃES, G.; CARDOSO, L. C. B. Efeitos Econômicos e Distributivos da pandemia de Coronavírus no Brasil. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 18, n. 1, 2020, p. 1-12.
- MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 4, 2007, p. 1055-1073. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000400011>.
- MAZARO, G. Qual a situação da agricultura familiar no Brasil? Politize, 20 fev. 2020. Atualidades – Economia. Disponível em: <https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/> Acesso em: 28 maio 2023.
- MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. *Espaço em Revista*, v. 14, n. 1, 2012, p. 14-23. DOI: <https://doi.org/10.5216/er.v14i1.19382>.
- NOGUEIRA, V. D. C.; MARCELINO, M. D. S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. *Revista Política Agrícola*, v. 30, n. 1, 2021, p. 117.
- OECD. As políticas públicas da OCDE para responder ao Coronavírus. Covid-19 e o setor agroalimentar: Questões e respostas. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), 29 abr 2020. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/as-politicas-publicas-da-ocde-para-responder-a-coronavirus-covid-19_384b1921-pt. Acesso em: 12 set. 2023.
- OLIVEIRA, A. U. D. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.
- OLIVEIRA, L. G. de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.
- PAULINO, E. T. A diversidade das lutas na luta pela terra. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas, MS*, v. 1, n. 4, 2006.

PEDROSO, M. T. M.; CORCIOLI, G.; FOGUESATTO, C. A crise do Coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. *Gestão e Sociedade*, v. 14, n. 39, 2020, p. 3740-3749.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, Supl. 1, 2014, p. 63-84. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, v. 15, 2004, p. 11-28. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642004000200002>.

SILVA, M. A. M. O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. *Revista de Ciências Sociais – Perspectivas*, São Paulo, SP, v. 6, 1983, p. 57-65.

SILVA, M. G. da.; DIAS, M. M.; SILVA, S. P. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, 2014, p. 229-248. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000200002>.

SILVA, M. S. B. da.; PINHEIRO, A. C. G.; FONTENELE, Z. V. Reflexos sociais do avanço do agronegócio no Vale do Açu. In: Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 5., 2018, Campina Grande. Anais eletrônicos [...]. Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/48879>. Acesso em: 28 maio 2023.

SILVA, M. S. Política Econômica Emergencial Orientada para a Redução dos Impactos da Pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. 2576. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2020.

SILVA, S. E. V. da. A agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SILVA, J. F. A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil. *Revista Latino-Americana de História*, v.1, n.3, 2012, p.232-248.

SOARES, F.; NEHRING, R.; SCHWENGBER, R.; RODRIGUES, C.; LAMBAIS, G. Demanda Estruturada e a Agricultura Familiar no Brasil: o Caso do PAA e do PNAE. Brasília: IPC-IG/WFP, 2013.

SCHWENGBER, R. B. et al. Escala de compras públicas de alimentos no Brasil. International Policy Centre for Inclusive Growth, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG),

Brasília, DF, 2015. Working Papers, n. 134, 2015, p. 1-42.

TENÓRIO, R. C. Relato de vivência: agronegócio x mundo camponês, perspectivas e reflexões sobre a resistência agroecológica. *Revista Mutirão*, Recife, v. III, n. 2, 2022, p. 214-227.

TINOCO, S. T. J. Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica. 2005. Disponível em: <<http://www.infobibos.com/Artigos/2008>>. Acesso em: 17 maio 2023.

TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C.R.P.A.; TRICHES, R.M. (org.). Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos, v. 1, n.1, 2016, p. 89-109.

URBANO, S. DEL C. Implicaciones económicas de los cambios en la estructura familiar: una perspectiva sociológica. (Sección II). In: BAREA, J. et. al. Dimensiones económicas y sociales de la familia. Logroño (La Rioja): Fundación Argentaria, 2000, p. 141-159.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista de Administração da UFLA, v. 1, n. 1, 1999, p. 34-41.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015.